

Debate sobre a conferência do Pe. Dr. Vitor Galdino Feller

*Sintetizador: Jonathan Speck Thiesen Jacques**

* Graduando do 3º ano de Teologia do ITESC.





Debatedor: Pe. Dr. Elias Wolff

Saúdo inicialmente cada participante deste Congresso, os colegas professores, alunos, os membros dos cursos de extensão que estão aqui. Bem vindo Dom Demétrio;, que alegria tê-lo conosco, Professor Ramada. Para mim, pessoalmente, é uma grande alegria ter voltado à casa, após um ano quase-sabático, fora do mundo acadêmico; então retomo as atividades aqui no ITESC/FACASC. Parablenzo também os organizadores do Congresso, entendendo que, de fato, a Instituição serve exatamente para isto: para promover o debate, promover a discussão, promover um estudo que venha aprimorar, não apenas o conhecimento do que é Igreja, mas sobretudo o modo de viver aquilo que nós queremos aprofundar pelo exercício intelectual que fazemos na academia.

Começo com uma frase, ou melhor, com uma constatação, do então teólogo Joseph Ratzinger, atual Papa Bento XVI. Ele escreveu num artigo sobre as eclesiologias da *Lumen Gentium*, um episódio que aconteceu com os bispos da Alemanha, quando na época do Concílio se perguntava qual seria o tema central, ou quais os temas sobre os quais, de fato, o Concílio devia se debruçar. E alguém, um dos bispos da Alemanha, apontou: Deus, Deus é o tema central. De fato, sem dúvida nenhuma, todo o primeiro capítulo da *Lumen Gentium* trata de Deus, o mistério, que o Vitor já comentou. Quer dizer: o número dois é o projeto do Pai; o número três é a missão do Filho, que realiza o projeto do Pai na história; o número quatro da *Lumen Gentium*, o Espírito Santo, que fortalece a realização desse mistério, de tal modo que o número cinco, então, se encaminha para o Reino. Enfim, todo o primeiro capítulo parte do mistério. E aqui é que entra o discurso da Igreja. De modo que, a *Lumen Gentium*, a partir do primeiro capítulo, e em sintonia com o segundo capítulo, Povo de Deus, trata do mistério que se encarna na história. Assim se entende, então, sem dúvida nenhuma, a concepção da eclesiologia, nesse contexto.

Agora, três questões, ou três elementos que eu apresentaria para começarmos o debate. O primeiro deles (1), retomando a frase do teólogo medieval de que “o agir segue o ser”, *agere sequitur esse*. Se assim é, nos perguntamos como a *Lumen Gentium*, que é a tentativa de aprofundar, explicitar, numa forma mais precisa, a natureza, a identidade e a missão da Igreja, e aqui então a natureza, a identidade e a missão da Igreja entendida muito no espírito da comunhão, entendida no sentido de Corpo de Cristo, Templo do Espírito Santo, e isso tudo vivido na história do povo



de Deus, então, Igreja como povo de Deus, como é que esta compreensão tão bela, tão linda de Igreja, que aparece na *Lumen Gentium*, tem tanta dificuldade para se concretizar, para ser efetivada, sobretudo nas suas instituições da história. E aqui, Vitor, eu diria que nós constatamos, sem dúvida nenhuma, uma disfunção institucional, na Igreja do nosso tempo, como em muitos momentos da história. Uma disfunção institucional no sentido de que a Igreja aponta para o Reino, a Igreja aponta para uma realidade de comunhão e participação do povo de Deus, que por si mesmo já suscita a possibilidade de valorização dos ministérios, dos carismas, dos dons que o Espírito concede a cada um, na diversidade própria da ação do Espírito. Agora, essa realidade para a qual a Igreja aponta não se faz tão presente na sua realidade concreta, efetiva, sobretudo pela dimensão institucional. Isso significa que, de algum modo, poucos aceitam a realidade atual da Igreja, como ela se concretiza, ali naquela comunidade paroquial, ali naquela Igreja local diocesana. E, percebendo então o que eu chamo de disfunção institucional, não poucos fazem com que essa realidade acabe num descrédito, ou perca de credibilidade do conteúdo da mensagem, uma vez que o modo de organizar se distancia daquilo que é o essencial, o que ela poderia/deveria apresentar. Assim, então, se relativiza o discurso feito, tanto nos documentos conciliares, como nos documentos atuais, e não poucas vezes também nos discursos que nós fazemos como ministros das comunidades onde atuamos.

Um segundo elemento (2), e também como consequência disso, é a questão: como fazer hoje uma eclesiologia consequente, que significa integrar, de algum modo, essa precariedade da Igreja visível ao testemunho do Reino de Deus no qual nós acreditamos e que fortalece a esperança? De que maneira, mesmo nesta situação de carências institucionais, doutrinárias e organizacionais, ali se manifesta o Reino de Deus? E agora, tratando aqui do segundo capítulo da *Lumen Gentium*, Igreja Povo de Deus, com o terceiro capítulo, que fala da hierarquia na Igreja, o segundo capítulo é muito claro ao afirmar que “o conjunto dos fieis é membro com igual direito nas diferentes responsabilidades”. Então aqui as estruturas, sacramentais, jurídicas, instituição de governo, estão a serviço do povo de Deus. Em função disso, a realização dos sínodos diocesanos, dos conselhos de pastoral, conselhos de presbíteros, o exercício do sacerdócio comum dos fieis, o sínodo dos bispos, enfim, tudo aponta para uma corresponsabilidade na missão. Todos os cristãos temos a mesma missão, que é pregar o evangelho, é anunciar a pessoa de Cristo. E há uma corresponsabilidade nessa missão: não são missões



diferentes. Agora, há um exercício de responsabilidades específicas nesta única missão, a partir da competência de cada um. Mas essa corresponsabilidade deve envolver a todos no exercício, de fato, da colegialidade e da subsidiariedade: que as instâncias maiores respeitem as menores, naquilo que elas tem condições de fazer por conta própria, e acolham a contribuição dessas instâncias. Se assim entendemos, sobretudo no capítulo II da *Lumen Gentium*, nós percebemos, porém, atualmente, uma eclesiologia muito mais centrada, sem dúvida, no capítulo III da mesma Constituição. Apresenta-se, então, a constituição hierárquica de forma muito mais precisa do que o capítulo II, naquilo que é de competência do povo. E é muito mais operativa também: estatuto visível, organização, designação dos responsáveis para o futuro, instâncias de governo. Hoje, então, se de fato isso ocorre, nós percebemos uma inversão da eclesiologia conciliar. Não apenas uma resistência ao número 12, que afirma o *sensus fidei* de todo o povo: o conjunto dos fieis não pode enganar-se no ato de fé, pela assistência do Espírito a cada um. A partir do momento em que cada um é fiel àquilo que o Espírito lhe concede, como dom, acontece o *consensus fidelium*: do bispo, ao último fiel, todos na mesma comunhão da fé. Se há uma concentração da eclesiologia, sobretudo no capítulo III, onde o bispo, com toda a responsabilidade que tem na missão, às vezes torna-se isolado da comunidade dos fieis; ou o clericalismo, cada vez mais acentuado; nós percebemos que a participação do povo, nas instâncias de decisão pastoral, de governo, é mesmo indeterminada, é mesmo muito frágil, de modo que fica, em não poucos ambientes, quase que desnecessária. Então a questão que a gente se coloca é como equilibrar, de fato, neste momento atual de revisitação do Concílio, o II Capítulo, da Igreja Povo de Deus, com o III Capítulo, mostrando que o elemento mais institucional, hierárquico da Igreja, é também povo, e está a serviço deste mesmo povo de Deus.

Um terceiro elemento (3) que eu gostaria de apontar, diz respeito à relação entre *Igreja local* e Igreja universal. O Documento *Christus Dominus*, ao falar dos bispos, n. 11, dá uma definição de Igreja local diocesana como aquela porção do povo de Deus confiada ao Bispo que, junto com seu presbitério, na força da Palavra, da Eucaristia, da assistência do Espírito Santo, então, apascenta, orienta. Entendemos a Igreja local como uma diocese, ou mesmo o conjunto de dioceses de uma mesma região, que tem características próprias, no sentido sócio-cultural, com desafios comuns, uma cultura comum. *Igreja particular* parece ser uma expressão mais querida, mais usada pelo Concílio, mas talvez menos



aceita, por dar a impressão de que é parte da Igreja universal, na qual subsiste a una e única Igreja Católica. A história mostra a Igreja local, em regime sinodal, com um metropolitano, regulamentando questões como escolha de bispos ou sagração episcopal, divisão das dioceses, normas canônicas, litúrgicas, disciplina do clero, disciplina do leigo, quer dizer, houve um tempo na história em que a Igreja local tinha esta autonomia, vivida na comunhão com outras Igrejas locais. O Vaticano II parece-me acentuar mais a ideia da Igreja universal, como uma comunhão de Igrejas locais. Entretanto, o número 26 afirma que em cada Igreja local a Igreja una e única está presente. Neste ponto, parece-me necessário perceber que há carência de alguma instância entre o exercício do ministério da Igreja universal e o exercício do ministério da Igreja local. A força do primado não está numa pessoa, mas na unidade dos bispos como um todo, no sentido de colegialidade efetiva, que expressa a real comunhão das Igrejas. Assim, a questão que eu gostaria de apresentar na relação entre Igreja local e Igreja universal é como integrar, de modo efetivo, a catolicidade da Igreja una na diversidade das Igrejas locais, sem fazer da Igreja local uma mera repartição administrativa da Igreja universal, ou seja, como integrar o ministério petrino com o ministério dos bispos, que são sujeitos de autoridade na Igreja local; e o ministério petrino como um fortalecimento, uma confirmação deste ministério. Parece-me que, no livro “O Novo Povo de Deus”, citado pelo conferencista, o então teólogo Ratzinger afirmava que há possibilidade, sim, de uma instância intermédia, entre o ministério petrino e o ministério episcopal, que estaria na criação de novos patriarcados, a exemplo das Igrejas orientais católicas, que têm leis próprias, rito litúrgico próprio, patrimônio teológico-espiritual próprio. Nesse mesmo livro, o teólogo falava que não se pode aceitar na Igreja uma uniformidade do direito eclesiástico, uma uniformidade litúrgica, e não há também necessidade de controles das sedes episcopais como próprias do primado petrino. Parece-me que isso não está condizendo com o ministério do exercício do governo universal na Igreja. E por essa razão, que, na Encíclica *Ut unum sint*, João Paulo II convoca os cristãos do mundo todo, também não católicos, que o ajudem a compreender e a encontrar a melhor forma de governo na Igreja que seja um serviço para todos, no sentido de ser salvaguarda da comunhão, da unidade por excelência, porque isso condiz, sim, com o exercício do ministério petrino. E, por essa razão, é necessário então nós pensarmos, cada vez mais, como fortalecer a unidade na diversidade, tanto na Igreja universal quanto na Igreja local, na relação entre Igreja



universal e Igreja local, como também na ministerialidade do povo de Deus como um todo.

São apenas estas as três questões que proponho para o debate: uma, relativa à disfunção institucional que percebemos na Igreja institucional que não aponta para a comunhão, para o Reino, para a participação; uma segunda questão, que diz respeito mais à compreensão do povo de Deus na Igreja e, portanto, uma eclesiologia que vincule, cada vez mais explicitamente, o II e o III capítulos da *Lumen Gentium*; e uma terceira, em relação à Igreja universal e à Igreja local.

Resposta do Conferencista Pe. Vitor:

Muito obrigado, Pe. Elias, pelas suas colocações. Vou refletir sobre o que você expôs.

1. Você pergunta, a partir da frase *o agir segue o ser*, como é que essa beleza da Igreja, apresentada em *Lumen Gentium*, pode se concretizar? Como superar a dificuldade para que se concretize essa beleza aí anunciada? Você fala da disfunção institucional, na nossa realidade concreta. Eu tenho para mim que, embora tenhamos que falar de Igreja, que é o nosso tema aqui, não podemos cair numa espécie de eclesio-centrismo, ou seja, de ficar falando demais da Igreja. Porque senão, a gente fica falando daquilo que é Instituição, etc e tal, e se esquece de falar do mistério que está dentro da Instituição, da graça que está dentro da nossa proposta. Tenho para mim que somos muito pelagianos. Bom, aí eu tenho que explicar mais uma vez, porque eu já tinha falado antes o que é pelagianismo... O pelagianismo, lá dos anos 300 para 400, foi a proposta de um monge irlandês que achava que Deus concedeu para o ser humano as condições para que ele, por sua própria razão, faça as coisas sem precisar mais da graça de Deus. No fato de ter sido criado, já tem tudo, não é preciso a graça de Deus. Santo Agostinho reagiu a isso dizendo que nós precisamos sempre da graça de Deus para libertar a nossa liberdade, cativa do pecado, e podermos então deixar que Deus opere em nós. Eu entendo que, e neste ponto estou muito de acordo com um discurso de Ratzinger já bem antes de ele ser Papa, e agora também como Papa ele insiste muito nisso, que nós temos que dar mais crédito para a graça de Deus, ao mistério de Deus, ao divino de Deus que está presente em nós e que muitas vezes nós obscurecemos com nossas preocupações, por demais humanas: carreirismos, funções, títulos, cargos... Imagino que isso não seja fácil, pois temos atrás de nós dois mil anos de



história, e todos nós sonhamos assim: estar na frente, poder, homenagens etc. Aquela crítica que Jesus fez aos fariseus “a ninguém chameis de Mestre” ainda vale para nós, hoje. Então, quando nós entramos num “pastoralismo”, de muita ação, muita correria, muita agenda, muita sobrecarga, e eu estou falando de mim, de você, de todos nós que corremos demais, e muitas vezes não explicitamos corretamente o porquê disso tudo, o porquê dessa paixão, desse elã; o que nos faz mesmo estar aqui hoje, por exemplo. Se a gente não esclarece, não deixa claro que é Deus, tudo o que nós fazemos perde a credibilidade. Dom Murilo gostava de citar um bispo colombiano, cujo nome esqueci, mas que dizia o seguinte: “os Santos nunca falharam em ação pastoral”. Não sei se é verdade, mas eu acredito... Porque apresentavam Deus, testemunhavam Deus, o mistério de Deus. Eu acho que, às vezes, ficamos muito no exterior, também no exterior do teológico, também no exterior do eclesiológico, também na crítica da Instituição, e com isso eu não estou desfazendo aquilo que falei no começo (aliás, falei exatamente do mistério encarnado no povo de Deus). Então, eu acho que nós relativizamos demais a nossa mensagem e perdemos credibilidade, quando não absolutizamos essa verdade, quando não somos pessoas convertidas a Deus, ao Cristo, a Jesus de Nazaré, e não à Igreja, que é sempre uma mediação. Muitas vezes a gente corre o risco de defender a Igreja (e é claro que devemos defender a Igreja), mas fazê-lo por causa de Jesus e, às vezes, justamente por causa de Jesus, temos que ser críticos da mediação eclesial, críticos de muitas maneiras como a Igreja se manifesta. Nós somos uma família, e na família precisamos, muitas vezes, lavar roupa suja. O problema é que a gente muitas vezes sofre demais, e se esquece de voltar sempre às fontes primeiras...

2. Segundo ponto, a relação entre o Capítulo 2 da *Lumen Gentium*, Igreja Povo de Deus, e o Capítulo 3, da Hierarquia. Ou seja, uma eclesiologia consequente, de corresponsabilidade, de colegialidade, que supere aquela (uma) inversão que, possivelmente, esteja acontecendo, de valorizar mais a hierarquia, e não tanto o povo. É um caminho que nós temos que percorrer e que começa conosco, nas comunidades, nas pastorais, nos movimentos, nas paróquias. Às vezes, a gente espera muito que as coisas mudem a partir de cima: a partir de cima as coisas não vão mudar! As coisas vão mudar a partir de baixo, ou seja, quando nós começarmos a fazer a eclesiologia conciliar acontecer onde a gente vive; quando nós começarmos a promover espaços para que os carismas, os ministérios, os dons do povo de Deus, das pessoas, dos jovens, das



mulheres, das crianças, dos idosos, nessa diversidade toda de manifestação eclesial, que isso tudo se torne realidade, que isso tudo tenha espaço de manifestação. Gosto muito da comparação do padre com o regente de uma orquestra: o regente (o padre, no caso) de uma orquestra não precisa saber tocar cada instrumento. Talvez ele não saiba tocar nenhum instrumento. Mas ele sabe a hora que entra cada um dos instrumentos, todos os instrumentos, pois ele rege a orquestra. Quem está à frente da comunidade, qualquer pessoa que seja, tem que ter essa capacidade de regência, de descobrir quais são as carências, para cobrir essas carências, resolver essas carências com os carismas. Eu creio que o Espírito Santo não vai deixar, não deixa faltar carismas na sua Igreja, para resolver as carências. Nosso problema é que estamos muito apegados, às vezes, ao que já fazemos, ao que já sabemos, então achamos que a solução para a carência disso, daquilo, é padre! E talvez não seja o carisma que o Espírito Santo esteja suscitando pra resolver essa carência. Pode ser que o Espírito Santo esteja sugerindo outros carismas. Bom, recordei agora, e é uma ideia insistente na minha cabeça, que gostaria de colocar aqui. Comblin dizia: “será que o caminho da mudança da Igreja não vai passar pelos leigos?” Porque ele dizia que, dos padres, não dá para esperar mais nada! Infelizmente, quem está falando é um padre! Mas também não acredito que a gente tenha que ser assim tão *ou ... ou*. Mas acreditar nos carismas dos leigos, o que não é fácil. De manhã eu até falei, assim, rapidamente, que nós quisemos introduzir na Arquidiocese a Escola de Ministérios, até pode ser que fomos ousados demais e por isso houve muita reação, mas não foi fácil. É preciso ter essa paciência histórica, o que não significa cruzar os braços, mas é fazer acontecer: fazer acontecer nos ambientes que nós vivemos essa colegialidade, essa corresponsabilidade. Nós também somos membros da hierarquia, nós, padres. Não somos bispos, mas somos auxiliares próximos, e quanta coisa a gente pode promover, como por exemplo, um encontro como este aqui.

3. Sua terceira colocação, a relação entre Igreja local e Igreja universal, que foi até tema de um debate teológico vivo, dinâmico, entre Ratzinger e Kasper, dois cardeais da Igreja, alemães, porém cardeais da Igreja romana, em Roma, porque um era da Congregação para a Doutrina da Fé e o outro era do Ecumenismo, “brigando”, teologicamente, com artigos – um contra o outro: Ratzinger defendendo o primado da Igreja universal e Kasper defendendo o primado da Igreja local. O que é que vem antes? Vem antes a Igreja universal? Ratzinger dizia: primeiro a Igreja universal, numa visão mais platônica. E Kasper dizia: não,



primeiro vem a Igreja local. A comunhão das Igrejas locais é que faz a Igreja universal. Bem, o debate terminou, bateram palmas para os dois, mas não sei se a gente conseguiria ter uma solução... Acho que é um mistério de Deus! Digo não brincando, mas para teologizar mais isso, num sentido trinitário. Na Trindade nós temos um e três: nós temos um princípio de unidade, que é o Pai..., princípio monárquico; e um princípio da diversidade, que não é só do Filho e do Espírito Santo, é diversidade dos três, o princípio da sinodalidade. E isso é bem interessante, porque aparece no número 22 da *Lumen Gentium*. Como não falei aqui, mas em outras oportunidades já falei, o Concílio Vaticano II tentou responder também à pergunta sobre o lugar dos bispos, porque o Vaticano I havia insistido muito no lugar, na missão do Papa. [...] E o Vaticano II tentou salientar o episcopado como sacramento, a colegialidade episcopal, e lá no número 22 começa a dizer “os bispos são sucessores dos apóstolos porque Jesus Cristo escolheu apóstolos... e portanto os bispos, como colégio episcopal... mas, o Romano Pontífice detém o poder universal, porque o Romano Pontífice é o sucessor de Pedro..., mas o governo do Romano Pontífice deve ser equilibrado com o poder dos bispos, porque eles também têm solicitude pela Igreja universal, mas...”, tem lá uns 4 ou 5 “mas”. Isso tudo revela a dificuldade que temos de uma ideia clara e distinta sobre este mistério, que é o mistério da Santíssima Trindade encarnado na Igreja, nesse princípio da unidade e da diversidade da Igreja. Agora eu acho que, em termos práticos, o que está acontecendo é que o princípio da unidade tem-se tornado muito forte. Concretamente falando, o polo “monocêntrico” foi muito forte no 2º milênio e é preciso que haja mais espaço para a diversidade, para a colegialidade dos bispos. Por que no Sínodo dos Bispos os bispos não podem falar tudo o que queiram e a mensagem final não é uma mensagem dos bispos, mas uma Exortação Apostólica do Papa? Por que o Sínodo dos bispos não tem valor decisório, mas apenas consultivo? Afinal de contas, são sucessores dos Apóstolos. Então, este peso da unidade está ainda muito forte. Acho que ele precisa ser mais desequilibrado com o princípio da diversidade, que nós podemos fazer acontecer entre nós, por exemplo numa diocese: o bispo é o “monarca”, e os padres, conselho de pastoral, conselho de formadores, conselho presbiteral, conselho administrativo, são o polo da diversidade e podem desequilibrar muito o poder monárquico de um bispo. E a gente poderia trabalhar mais nisso (estou falando “desequilibrar” no sentido positivo). Assim, também, desequilibrar o poder monárquico do Diretor, do professor numa sala de aula, do coordenador de uma pastoral. Evitar



todo o tipo de concentração e, quem está à frente, não concentrar, mas ter essa capacidade de valorizar a diversidade.

Participação de Carlos Lucas Besen, professor.

Vou falar pouco. Não sei se todos sentiram este problema, mas eu senti: tem a Igreja local, com o bispo, os padres, e tem as paróquias; os diáconos, que dão assistência aos padres. Estou sentindo, ultimamente, na Igreja, que as paróquias estão se pulverizando. Por exemplo, “eu vou naquela paróquia porque lá o padre é ‘assado’”, “o outro é assim”, então as paróquias estão perdendo um pouco a identidade da comunidade local, ali, no chão. Isso é um problema que eu sinto muito. Então as pessoas, ao invés de ficarem na sua paróquia, vão em outras. Eu não sei qual é problema que está acontecendo, mas este é um fenômeno muito recorrente, nesse momento, na Igreja aqui local, não sei nas outras cidades. É um ponto que eu gostaria de colocar, porque não foi abordado. Para mim, o chão da Igreja está na Paróquia.

Participação do Pe. Valter Goedert, professor do ITESC/FACASC.

Pe. Vitor, parabéns; Pe. Elias, muito bem. Você, Pe. Vitor, me fez recordar duas coisas, e uma até você citou rapidamente: eu me lembro que o professor Salvatore Marcili, que foi professor meu em Roma e foi perito do Concílio (na *Sacrosanctum Concilium*), monge beneditino, ele nos dizia uma vez em sala de aula que, para acolher o Concílio, não basta se adaptar, é preciso se converter. Ele tinha toda a razão. Pois se trata de uma mudança de mentalidade e não se muda a mentalidade de qualquer forma – cansou da roupa, troca! Ou volta à antiga, como está acontecendo! Eu acho muito forte essa colocação dele, que já é falecido... E também uma coisa que você lembrou, Vitor, do discurso de Paulo VI no final do Concílio Vaticano II: a partir desse discurso, dei um encontro em Brasília para as escolas diaconais. Acho lindo o que ele diz lá: “a Igreja não pode ir para o mundo com medo, como se o mundo fosse um inimigo”, como aconteceu durante tanto tempo, e você, Vitor, lembrou. Nós, continua Paulo VI, “temos de ir para o mundo como Cristo veio para o mundo: para se encarnar, dialogar e salvar”.



Participação do Pe. Ney Brasil, professor do ITESC/FACASC.

Apenas duas coisas: a primeira, diante da beleza do magnífico resumo que o Pe. Vitor apresentou da *Lumen Gentium*, vem à tona o desejo de conhecer sempre mais o mistério de Deus, o mistério da Igreja. Daí a importância de os leigos e as leigas fazerem teologia, como está começando, um pouco por toda parte, ainda timidamente. A segunda, para conhecerem a Igreja e conhecerem a teologia, talvez o caminho relativamente fácil é conhecer a história da Igreja. E temos agora duas obras de história da Igreja publicadas por um professor desta casa, Pe. José Besen, “histórias da Igreja” muito interessantes, de cerca de 300 páginas cada uma, realmente acessíveis, e ao mesmo tempo uma introdução preciosa para a eclesiologia, através da história.

A terceira observação, é sobre a Igreja particular. A Igreja particular é um problema bastante complicado, principalmente na prática. Mas eu, pessoalmente, penso que, do ponto de vista inclusive bíblico, vendo as igrejas do Apocalipse, as igrejas dos Atos dos Apóstolos etc, não se entende uma Igreja particular gigantesca, como é o caso da nossa Arquidiocese querida, de Florianópolis, com mais de 1 milhão e meio de habitantes atualmente...Convenhamos que é uma dimensão grande demais para sentir-nos uma Igreja particular, visto que a Igreja particular deveria ter dimensões menores, que possibilitassem um mais próximo relacionamento entre o Bispo e os fiéis.

Respostas do Pe. Vitor:

Professor Carlos Lucas Besen falou das paróquias: eu não gostaria que fosse entendido aquele princípio de unidade de que eu falei – que o Papa exerce o princípio da unidade na Igreja universal; o episcopado, o colegiado dos bispos exerce o princípio da diversidade – e, analogamente, na diocese, o bispo exerce o princípio monárquico da unidade e os conselhos, presbiteral, de formadores, pastoral, administrativo exercem o princípio da diversidade. Caros párocos: isso não vale para a paróquia! Pároco não exerce o princípio monárquico; pároco, teologicamente falando, não é, na sua paróquia, monarca. Por quê? Porque a paróquia, por mais que seja uma Igreja local, ela é sempre relacionada com a Diocese. Não se pode, portanto, falar analogamente também da paróquia. É claro que, em termos pastorais, não em termos teológicos, o



pároco, na paróquia, também exerce o princípio da unidade. Então vamos falar em termos pastorais, depois eu volto para os termos teológicos. Em termos pastorais, o pároco exerce o princípio da unidade; o que tem acontecido hoje é que nós, padres, eu me incluo também, nós, padres, não estamos sabendo exercer o princípio da unidade. Quero ser mais incisivo: nós não estamos sabendo exercer a autoridade, nós estamos com medo de exercer a autoridade. Exercemos o poder, o tacape, mas não a autoridade. Porque, para exercer a autoridade tem que ter sabedoria, tem que ter conhecimento, tem que ter fundamentação teológica, bíblica, principalmente espiritual, e principalmente santidade. Porque a autoridade, do latim *augere*, significa promover, fazer crescer, estar por baixo para promover tudo o mais. E para isso tem que ter paciência, empenho, sacrifício, disposição, não é? Quando você quer ser alguém igual aos outros, colocar-se no mesmo nível dos outros, você está fugindo do seu carisma. Então, o carisma de um pároco, ou de um vigário paroquial, é o de alguém que tem que exercer esse princípio de unidade. [...] Quanto às nossas paróquias, o fato de estarem perdendo muito este centro vital, de pastoral, de liturgia, do ministério da palavra, isso se deve também a dois fatores, penso eu: primeiro, o fator da urbanização, onde cada um escolhe a paróquia onde deseja ir, e isso pode esfacelar muito o modo de as pessoas se entenderem membros da Igreja, pois vão aonde querem e gostam, aonde podem estacionar melhor, ao padre que faz coisas mais agradáveis, ou pela sua teologia, enfim, se pode escolher. E tem também o fator, hoje, dos *Movimentos*, que também retiram as pessoas da paróquia para oferecer uma proposta própria. Acho que devemos saber articular isso tudo, porque eu não sou contra os Movimentos, mas penso que, em termos de diocese, [...] o bispo deve promover a unidade entre as pastorais, os organismos, os serviços e também os Movimentos, de modo a fazer acontecer, o melhor possível, que as paróquias descubram um modo novo de ser paróquia, [...], por exemplo, como “rede de comunidades”.

Pe. Valter, também acho que é necessário uma conversão para acolher o Concílio. Apreciei esta sua colocação. Porque, às vezes, a gente fica querendo muita novidade e, como eu comecei dizendo, está dada a resposta para as crises da Igreja, hoje: o Concílio Vaticano II deu muitas respostas, abriu muitos caminhos, ofereceu muitas pistas. É claro que, para isso, é preciso conversão: conversão espiritual, mas também conversão intelectual e, como fala o Documento de Aparecida, conversão pastoral [...]. Saiu agora, pelas Paulinas, uma nova tradução dos documentos do Concílio Vaticano II, com todas as falas, discursos,



inaugurais e finais, de João XXIII e de Paulo VI. É muito interessante isso, também, para contextualizar o Concílio e essas falas. Sobre não ter medo do mundo, Paulo VI disse: “A Igreja, finalmente, colocou-se diante da grande estatura do mundo, a estatura terrível do mundo”. “O que aconteceu?” ele pergunta: “uma oposição, um conflito, uma guerra? Não. Um diálogo aconteceu”. E a Igreja é chamada a descobrir, você falou, Pe. Valter, a necessidade de ela entrar neste mundo para poder evangelizar, como fez Jesus Cristo.

Pe. Ney, acabei de dizer, claro, que o que nós estamos facilitando, na abertura da FACASC, é exatamente este conhecimento da teologia, da história da Igreja, que é ótimo, que é necessário para se poder entender melhor a realidade eclesial. Em 2000 anos, a gente percebe muito bem que só pelo Espírito Santo, e não pela força das pessoas... é que a Igreja chegou até aqui. Quanto à nossa Igreja particular “muito grande”: bom, vamos continuar lutando, não é Pe. Ney? Quem sabe um dia a gente consiga fazer com que haja mais dioceses, mais pequenas Igrejas particulares, nas quais o relacionamento entre hierarquia e povo se torne mais próximo, mais fraterno, mais evangélico.

Debatedor, Pe. Elias:

Duas palavras ainda. Primeiro ao Maestro, Carlos Lucas Besen, lembrando que, de fato, historicamente, a organização da paróquia assumiu o modelo da sociedade feudal, que se marcava pela territorialidade, e isso está em questão. O Documento de Aparecida compreende que o essencial, na Paróquia é, de fato, a experiência comunitária: então, ela é uma comunidade de comunidades, e temos que fortalecer exatamente isto. E a Assembleia dos Bispos do Brasil no ano que vem – foi decidido na semana passada, na reunião do Conselho Pastoral Episcopal, em Brasília – será exatamente sobre o tema da Paróquia, o que se quer como paróquia, uma “nova paróquia”, comunidade em missão, num ambiente cada vez mais urbano.

E Pe. Valter, fala-se hoje de um terceiro momento da recepção do Concílio. Pe. Vitor apresentou dois momentos: de 1965-1985 e de 1985 até agora... Esse “terceiro momento”, não seria mais o de uma recepção meramente jurídica, administrativa, institucional, mas exatamente uma recepção a partir de convicções. Eu acho que isso é que faz, de fato, a Igreja caminhar.